

DESTERRO E SEU ENTORNO ATÉ A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O PERCURSO EM PRODUÇÃO DE ESPAÇO

Hoyêdo Nunes Lins¹

Resumo: Concebido no contexto do Bicentenário da Independência do Brasil, o artigo focaliza a área da capital catarinense no período pré-Independência objetivando analisar o processo da sua moldagem socioespacial. Produção de espaço é, assim, o tema geral. Inicia-se sistematizando aspectos do debate sobre produção de espaço. Depois, em sequência, fala-se da ocupação da Capitania de Santa Catarina desde meados dos 1600, destacando a iniciativa que mais tarde tomaria a forma de Nossa Senhora do Desterro, capital catarinense; sublinham-se as ações portuguesas para defender a Ilha de Santa Catarina e fortalecer a presença lusitana por meio da imigração principalmente açoriana; apontam-se ângulos da vida social, com ênfase em aspectos econômicos, destacando a espacialidade. O conjunto se completa com as considerações finais.

Palavras-chave: Santa Catarina. Percurso pré-Independência. Mudanças socioespaciais.

DESTERRO AND ITS SURROUNDINGS UNTIL THE INDEPENDENCE OF BRAZIL: THE PATH IN SPACE PRODUCTION

Abstract: The Bicentennial of Brazil's Independence was the context of the conception of this article, which looks at the capital of Santa Catarina intending to analyze the socio-spatial molding of its area up to Independence times. Space production is the general issue, therefore. The article begins by systematizing the debate on space production. Then, sequentially, it describes the occupation of the Captaincy of Santa Catarina since the mid-1600s, highlighting the initiative that would result in Nossa Senhora do Desterro, its capital; focuses on the Portuguese measures to defend the Island of Santa Catarina and increase the population mainly with Azorean immigrants; points out some features of social life, notably in what concerns the economy and its spatial aspects. Some comments in the final remarks complete the study.

Keywords: Santa Catarina. Pre-Independence path. Social-spatial changes.

DESTERRO Y SU ALREDEDOR HASTA LA INDEPENDENCIA DE BRASIL: EL SENDERO EN LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO

Resumen: El artículo fue diseñado en el contexto del Bicentenario de la Independencia de Brasil, y su objeto es el proceso de formación socioespacial del área de la capital de Santa Catarina en el período anterior a la Independencia. La producción del espacio es, pues, el tema general. El texto comienza sistematizando aspectos del debate sobre la producción del espacio. Luego, en secuencia, se habla de la ocupación de la Capitania

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programas de Pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais, Florianópolis, Brasil, hoyedo.lins@ufsc.br, <https://orcid.org/0000-0002-1825-0097>

de Santa Catarina desde mediados del siglo XVII, destacándose la iniciativa que tomaría la forma de Nossa Senhora do Desterro, la capital de Santa Catarina; se centra en las acciones portuguesas para defender la Isla de Santa Catarina y fortalecer la presencia portuguesa a través de la inmigración principalmente azoriana; se señalan ángulos de la vida social, con énfasis en los aspectos económicos, destacando la espacialidad. El conjunto se completa con las consideraciones finales.

Palabras clave: Santa Catarina. Trayectoria hasta la independencia. Cambios socioespaciales.

Introdução

Efemérides como o bicentenário da Independência do Brasil, celebrado ao longo de 2022, costumam ensejar iniciativas literárias com olhar retrospectivo. Este artigo pode ser visto como uma resposta a esse tipo de estímulo, tendo por objeto a região da capital do que durante grande parte do século XIX foi a Província de Santa Catarina, após a anterior condição de Capitania. O recorte temporal corresponde ao período pré-Independência, desde as primeiras investidas de colonização, no século XVII.

Pretende-se apresentar e comentar aspectos da trajetória cumprida pela área, enfeixados na problemática da produção de espaço, um tema caro à reflexão sobre a vida social interessada em geo-história. A intenção é oferecer uma ideia sobre como se apresentava a, por assim dizer, paisagem (em sentido amplo, incluindo economia e sociedade) do referido fragmento de Santa Catarina no período da Independência, como resultado de processos que se desenrolaram durante percurso mais que secular.

Num certo sentido, adota-se postura assim indicada por Fernand Braudel na introdução ao primeiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV- XVIII*: “De uma ponta à outra, o meu objetivo foi ver e mostrar [...]” (BRAUDEL, 1995, p. 13). No presente texto, dizer “mostrar” representa mais do que uma colocação de cunho retórico. De fato, utiliza-se considerável material iconográfico, como mapas e ilustrações, complementando informações obtidas via pesquisa bibliográfica e documental realizada em fontes históricas. Grande parte desse material iconográfico constitui, ele próprio, fonte: trata-se de documentos, como considera Foucault (2007), cuja “manifestação” deve ser provocada pelo pesquisador.

O artigo tem quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima parte fala sobre produção de espaço, para enquadrar o estudo teoricamente.

Depois se discorre sobre a ocupação da Capitania de Santa Catarina desde meados dos 1600, com maior atenção para a iniciativa que posteriormente deu origem à capital catarinense. Em seguida focalizam-se as ações portuguesas visando a defesa da Ilha de Santa Catarina e o reforço da presença lusitana no sul do Brasil por meio da marcante imigração açoriana e madeirense, de repercussão no litoral catarinense. Aspectos da vida social local, com ênfase na economia, orientam o olhar na última seção do corpo do artigo, onde também se comentam as mudanças ocorridas no processo de produção do espaço local.

Produção de espaço: breves considerações de cunho teórico

Reprodução social implica (re)produção de espaço, este entendido como forma espacial das atividades humanas, ou como o conjunto dessas formas. As referidas atividades podem imprimir sua marca na natureza original, como observado, por exemplo, com respeito aos vestígios de um “urbanismo” pré-colombiano na região amazônica do Alto Xingu, o espaço assim criado resultando de incidência da ação humana em patrimônio ambiental e paisagístico que admitiria caracterização como “primeira natureza” (HECKENBERGER *et al.*, 2008).

No processo histórico, produção de espaço representa remodelagem contínua das formas espaciais, por conta das práticas vinculadas à reprodução da sociedade. Pensar em termos de trajetórias é, de fato, importante, já que “[...] a sociedade recria o seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre dado de antemão, herdado do passado.” (LIPIETZ, 1983, p. 22, nossa tradução). Além disso, *et pour cause*, as formas espaciais incessantemente surgidas expressam o perfil das relações sociais: com efeito, envolvendo interações entre atores sociais e coisas, tais relações possuem dimensão espacial que lhes representa, cabe dizer, tradução. É importante sublinhar que o Estado sobressai amplamente entre os agentes que produzem espaço (JOHNSTON, 1986).

Contudo, entre sociedade e espaço a relação estabelecida é dialética. O segundo exprime, ou reflete, o modo como a primeira “existe” e se reproduz. Ao mesmo tempo, as formas espaciais repetidamente (re)criadas retroagem sobre a sociedade,

afetando-a. Desse modo, o espaço há de ser considerado como um produto e um condicionante das relações sociais, a um só tempo. Assinale-se que uma importante literatura internacional tem alimentado o debate nesses termos sobre as relações entre sociedade e espaço.

Constitui ilustração a abordagem que explora a ideia de divisão espacial do trabalho, continuamente reconfigurada pelos *rounds* de novos investimentos produtivos ao longo do tempo (MASSEY, 1979). O mesmo cabe dizer a respeito da argumentação sobre a pertinência analítica da ideia de “dialética socioespacial” (SOJA, 1980). Nessas abordagens, costuma figurar no centro da discussão a problemática das desigualdades de desenvolvimento, vinculadas aos movimentos da economia e aos decorrentes reflexos espaciais.

Note-se que há alusões à questão dessas desigualdades também na literatura ficcional. É exemplo um conto de Monteiro Lobato inspirado no quadro econômico e político brasileiro do início do século XX: referindo à economia cafeeira e seus movimentos, o autor assinala que “[...] nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. [...] Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.” (LOBATO, 1969, p. 3).

Também romances brasileiros de cunho regionalista, notadamente nordestinos, descortinam realidades dramáticas em meio a considerações socioespaciais. Duas ilustrações são *Vidas secas*, de Graciliano Ramos (RAMOS, 2020), e *A bagaceira*, de José Américo de Almeida (ALMEIDA, 1988). Em ambas, economia, sociedade e espaço – este considerado inclusive em conexão com imposições climáticas, envolvendo seca avassaladora e expulsão de pessoas de terras pouco aptas à adequada reprodução social – se entrecruzam em histórias das mais pungentes da literatura nacional.

Mas o palco é o mundo, na observação da (re)criação de espaço acompanhada da recorrente colocação do problema das disparidades de desenvolvimento. Não há recantos da economia mundial em que isso não apareça, como sugere Fernand Braudel ao falar do caráter periférico de certos locais em face de processos mais dinâmicos incidentes alhures:

[...] as zonas atrasadas não se distribuem exclusivamente pelas verdadeiras periferias. Com efeito, elas crivam as próprias zonas centrais de numerosas manchas regionais, com a modesta dimensão de uma “província” ou de um cantão, de um vale isolado na montanha ou de uma zona pouco acessível porque situada fora das vias de passagem. *Todas as economias avançadas ficam assim como que perfuradas por muitos poços, fora do tempo do mundo e onde o historiador que procura um passado quase sempre inapreensível tem a impressão de mergulhar como nas pescas submarinas.* [...] Geralmente, a “civilização”, quando precisa, tem muitos meios de seduzir e de penetrar nas regiões que durante muito tempo deixara abandonadas a si mesmas. (BRAUDEL, 1998, p. 32-33, grifo do autor).

Essas considerações sobre espaço e relações sociais ajudam a situar a abordagem desdobrada a seguir. O foco, como já indicado, é a trajetória do segmento do território brasileiro referente à capital de Santa Catarina e ao seu entorno continental no período que antecedeu a Independência do Brasil, desde as primeiras ações colonizadoras. Nessa trajetória, o processo de moldagem socioespacial é o objeto principal de interesse.

Santa Catarina, um lento processo de ocupação do território

A Ilha de Santa Catarina e o seu entorno continental eram conhecidos por navegadores desde muito cedo, notadamente considerando-se o período iniciado com o Descobrimento do Brasil. Navios que se dirigiam à Baía do Prata (ou dela retornavam) frequentavam a área para abastecimento em água e alimentos e para reparos, desde o começo do século XVI, quando também naufragos ou marinheiros de expedições como as de Juan Díaz de Solís e Sebastião Caboto viveram no local.

Não surpreende, assim, que, embora rudimentar, cartografia ainda anterior já registrasse aspectos da Ilha e do seu entorno, constituindo ilustração o mapa atribuído ao explorador alemão Hans Staden, de 1557 (Figura 1). Aqueles primeiros contatos, entretanto, não vicejaram e muito menos desencadearam ocupação digna desse nome.

Figura 1- Ilha de Santa Catarina e seu litoral próximo (Hans Staden, 1557)



Fonte: Mapas históricos da Ilha de Santa Catarina (2021)

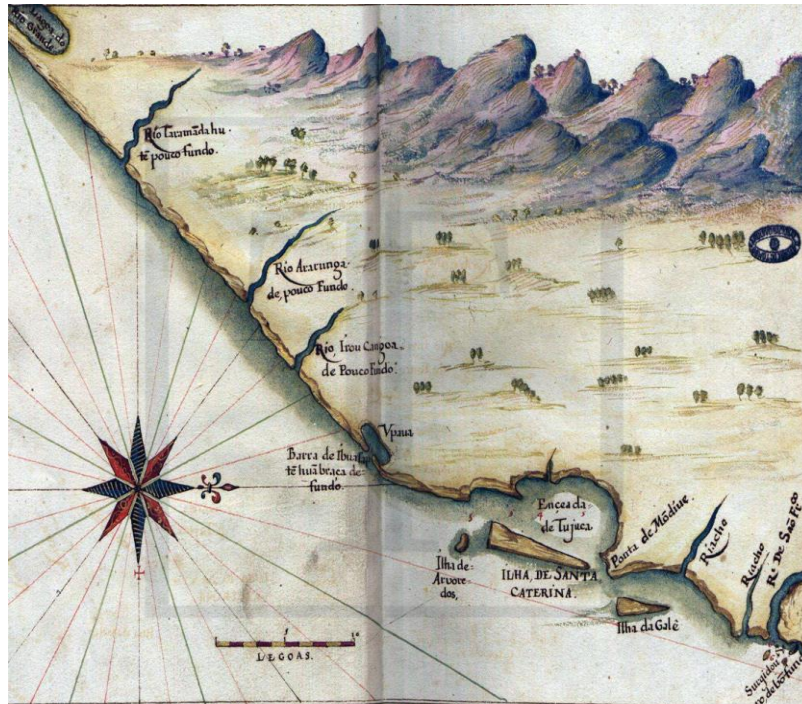
Essas terras figuravam em capitania estendida entre Paranaguá e Laguna. Capitánias, vale apontar, eram demarcações territoriais usadas pelo Estado português no Brasil a partir dos anos 30 do século XVI. Pero de Magalhães anotou sua presença em escrito de poucas décadas após o Descobrimento, indicando que o rei português escolhia para governá-las “[...] vassallos seus de sangue e merecimento, em que cabia esta confiança” (MAGALHÃES, 1576, p. 11), sendo amplos os poderes desses donatários, que podiam explorar recursos, criar assentamentos e fundar vilas.

Esse era o contexto das expedições oriundas da Capitania de São Vicente, centrada no litoral paulista, movidas principalmente pelo interesse em encontrar pedras e metais preciosos, além de capturar indígenas. Colonizar, com a instalação de novos povoados, era igualmente objetivo nessas “bandeiras”.

A saga do vicentista Dias Velho, inauguradora de uma efetiva presença não nativa na Ilha de Santa Catarina, inscreve-se nesse movimento. Segundo Brito (1829), esse bandeirante criou em 1651, acompanhado por familiares, índios domesticados e agregados, a povoação que posteriormente se tornaria vila e viria a ser cidade. Não muito antes dessa criação, a Ilha de Santa Catarina e o litoral continental mais ou

menos próximo eram representados como se observa na Figura 2, em mapa – publicado na primeira metade do século XVII – de autoria do cartógrafo português João Teixeira Albernaz (ALBERNAZ, 1640). Observe-se que a representação é precária, com equívocos a respeito da configuração e da posição da Ilha, e também sobre o continente próximo.

Figura 2 -Trecho do litoral de Santa Catarina (João Teixeira Albernaz, 1640)



Fonte: Guia geográfico (2021).

Cerca de 15 anos após a sua fundação, a povoação de Dias Velho sofreu o decisivo impacto de um ataque. Piratas que tinham sido rechaçados anteriormente voltaram e fizeram assalto de surpresa que resultou na morte violenta do líder e em grave molestamento de familiares.

Note-se que, em terras catarinenses, esse gênero de colonização só teve precedente na área de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina: o ano de fundação teria sido 1645, embora espanhóis tivessem lá estado ao menos um século mais cedo, assim como, ainda antes, um navegador francês que chegou a levar consigo o filho de um chefe indígena com a (descumprida) promessa de trazê-lo de volta (cf., por exemplo, Perrone-Moisés, 1992). A ação da qual surgiria Laguna, a meio

caminho do litoral sul, materializou-se em 1676 e foi protagonizada sob signo idêntico ao das outras duas.

Com a morte trágica de Dias Velho, integrantes daquele empreendimento se transferiram para Laguna, ficando a Ilha de Santa Catarina com somente algumas poucas famílias por várias décadas. Em 1712, o navegador francês Frézier observou – em escrito integrante de uma coletânea de relatos (ILHA..., 1979) – que, crivando uma imensa massa florestal, poucos sítios diminutos figuravam na costa ocidental da Ilha, dispersos à beira mar e com escassas moradias. Poucos portugueses, vários fugidos de outras partes do Brasil, conviviam com índios e escravos em condições carentes de quaisquer comodidades, embora a pesca e a caça fossem abundantes.

Imagem semelhante foi registrada pelo comandante inglês Shelvocke em 1719, em narrativa que também assinalou a existência de numeroso rebanho de gado na continental planície de Araçatuba (no atual Município de Palhoça), fonte de abastecimento em carne mediante compra. Sobre a Ilha, esse navegador escreveu que nada havia que se pudesse “[...] chamar de ‘cidade’, nem tampouco qualquer fortificação de qualquer espécie [...]” (ILHA..., 1979, p. 47).

A expedição de Frézier permitiu a elaboração do mapa mostrado na Figura 3, sobre a Ilha de Santa Catarina e o litoral continental próximo. Publicada em 1716, a figura indica somente aspectos físicos e naturais, o que sugere ocupação – assentamentos, áreas de cultivo – apenas incipiente, se tanto.

Figura 3- A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo (Frézier, 1716)



Fonte: Mapas históricos da Ilha de Santa Catarina (2021)

Ações do estado português e produção de espaço

A área amargou estagnação até as primeiras décadas do século XVIII, quando o Estado português se viu obrigado a apoiar suas próprias ações, praticadas desde 1680, com respeito à Colônia de Sacramento (na costa oeste do atual Uruguai). Essas ações tinham origem antiga e ligavam-se às disputas entre os dois países ibéricos, em história que incluiu união dessas coroas (de 1580 a 1640) e depois confronto, Portugal logrando não só fundar (em 1680) a Colônia de Sacramento, como manter o seu domínio. Desde o início do século XVIII, houve tratados e investidas portuguesas para povoar o sul do Brasil, enquanto se desenrolavam combates por conta das tentativas espanholas para tomar aquela colônia.

O Tratado de Madri (1750) deveria resolver a disputa, com demarcações pelas quais o local passaria à Espanha e o espaço das missões jesuítas junto aos povos

indígenas (os Sete Povos das Missões) ficaria sob controle português. Aguda discordância indígena provocou guerra e assinatura de outros tratados; desrespeitos em sequência traduziram-se em invasões espanholas até no sul do Brasil, e a espiral beligerante nutriu o impulso português quanto à preparação militar da Ilha de Santa Catarina.

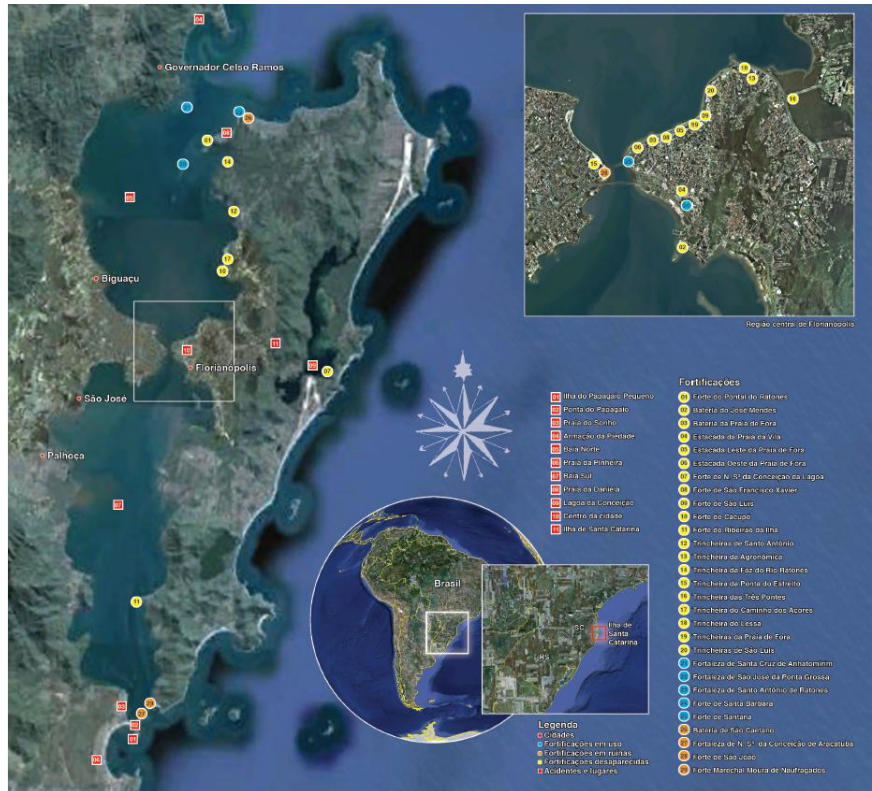
Com efeito, ao final dos anos 1730 a posição estratégica da Ilha, historicamente reconhecida, suscitou o interesse em fortalecer e organizar a capacidade de defesa local. Para tanto ordenou-se a construção de fortalezas e a disposição de outros equipamentos auxiliares, assim como a criação de força militar própria, providências que foram atribuídas ao brigadeiro português José da Silva Paes, tornado governador local. Foi nessas circunstâncias que o antigo núcleo de ocupação na Ilha teve outorgada a condição de vila em março de 1726, na esteira da sua desvinculação da jurisdição de Laguna: a Vila de Nossa Senhora do Desterro adentrou, assim, a cartografia política e administrativa do Brasil meridional.

As ações determinadas pelo governo português resultaram em tripé defensivo integrado pela Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim (próxima ao continente, no atual Município de Governador Celso Ramos), pela Fortaleza de São José da Ponta Grossa, na costa norte da Ilha de Santa Catarina (fazendo frente, de alguma forma, à primeira fortificação), e pela Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, em pequena ilha no meio da baía norte, estruturas que estavam em construção quando da passagem do inglês Anson pela área, em 1740 (ILHA..., 1979). A rigor, ao longo do tempo criou-se um amplo sistema de defesa, com fortificações numerosas, de diferentes portes e instaladas em vários locais, conforme levantamento realizado no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (Figura 4). Foram contemplados tanto as entradas norte e sul, nos acessos às duas baías, como os trajetos internos, e também as proximidades do centro da capital.

O religioso francês Dom Pernetty constatou em 1763 a existência dos principais pilares desse sistema de defesa, e o que deve ter enxergado aparece em mapa que registra aspectos da geografia local alguns anos depois (em 1784). Em que pese uma

relativa precariedade do desenho, a figura indica as principais fortalezas da Ilha (Figura 5).

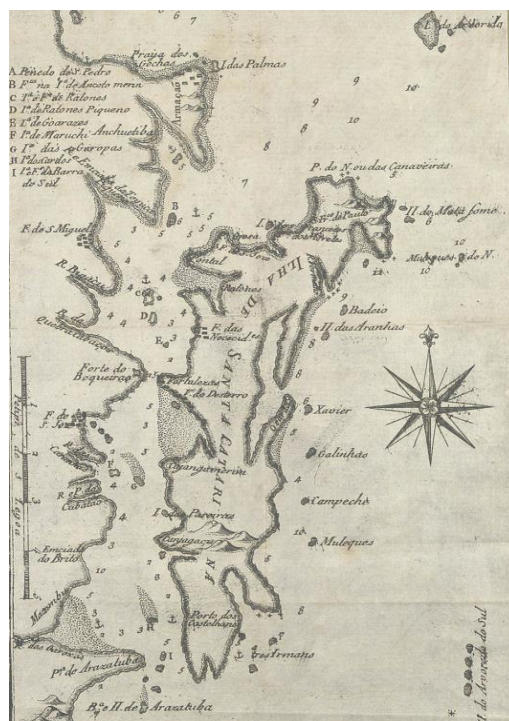
Figura 4- Fortificações na Ilha de Santa Catarina e arredores



Fonte: UFSC (2021).

Na esteira da referida preparação militar, a Vila de Nossa Senhora do Desterro passou a registrar influxos de pessoas e maior “movimento” ou pulsação na vida cotidiana. Uma nova fase se abriu na história local, por conta de processo definidor dos contornos do que Cardoso (1960) designou como povoação militar. Contribuiu para essa dinamização uma iniciativa que resultou em grande fluxo migratório, certamente um dos maiores já organizados por um governo: a transferência de açorianos e madeirenses para o Brasil. Providenciada, pode-se dizer, sob o mesmo espírito que norteou a ampliação da presença portuguesa ao sul da colônia brasileira em face das ações ou manifestações espanholas, essa imigração (majoritariamente açoriana, diga-se) desdobrou-se basicamente, pelo menos no tocante a Santa Catarina, entre 1748 e 1756.

Figura 5- Plano da Ilha e do Porto de Santa Catarina – 1784



Fonte: Plano (1784).

Muitas famílias instalaram-se na Ilha e em pontos do litoral continental da então Capitania de Santa Catarina (criada em 1738), um processo que produziu espaço acrescentando novos traços à geografia social, econômica e política da região. Povoações foram criadas, e algumas foram depois elevadas à condição de freguesia, desmembramentos posteriores dando origem a outras freguesias, como descrito em documento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2015); freguesia, vale indicar, era uma antiga subdivisão administrativa de matriz portuguesa.

É indissociável do fluxo açoriano-madeirense o surgimento, em 1750, do povoado de São José da Terra Firme, tornado freguesia logo após (origem do atual Município de São José). Mais tarde, em 1793, doação de sesmarias permitiria a ocupação que, como divisão da freguesia de Santo Amaro do Cubatão (1884), resultaria em Senhor Bom Jesus de Nazaré de Palhoça (hoje Município de Palhoça), que virou freguesia em 1882. Ao norte do continente fronteiro à Ilha, colonos das primeiras levas tinham criado, em 1747, São Miguel da Terra Firme, freguesia da qual

emergiram várias outras (em Porto Belo, São João Batista, Camboriú) mediante separações ao longo do século XIX; Biguaçu surgiria institucionalmente em 1833 nesse processo.

Na Ilha de Santa Catarina, as famílias foram distribuídas sobretudo em torno da vila, como na atual Trindade, e também nas direções norte (criando o que hoje são Santo Antônio de Lisboa e Canasvieiras), sul (Ribeirão da Ilha) e leste (Lagoa da Conceição). Em alguns locais que ainda não eram freguesias, a dinâmica demográfica atingida e uma certa vitalidade econômica apta a estribar a reprodução social ensejaram o posterior estabelecimento dessa condição, em cotidiano para o qual falar em enxada e rede significa alusão mais que simbólica (CABRAL, 1950; ROSA, 1916).

De fato, é quase ocioso dizer que a economia desses locais restringia-se, praticamente, à agricultura e à pesca. Esta visava o consumo familiar, essencialmente, e a primeira acabou fazendo, muito mais tarde, o porto da então Cidade do Desterro (logo após a Independência a vila se tornou cidade, com o antigo nome encurtado) sobressair no embarque de farinha de mandioca, como mostrou Hübener (1981), e a Ilha como um todo parecer um enorme cafezal, segundo palavras quase literais de Várzea (1985).

Igualmente marcavam a paisagem as armações para captura de baleias e atividades vinculadas (como extração de óleo), presentes desde meados do século XVIII na Ilha (Armação do Pântano do Sul) e na orla continental nas direções norte e sul. Assinale-se que as respectivas práticas utilizavam amplamente o trabalho escravo.

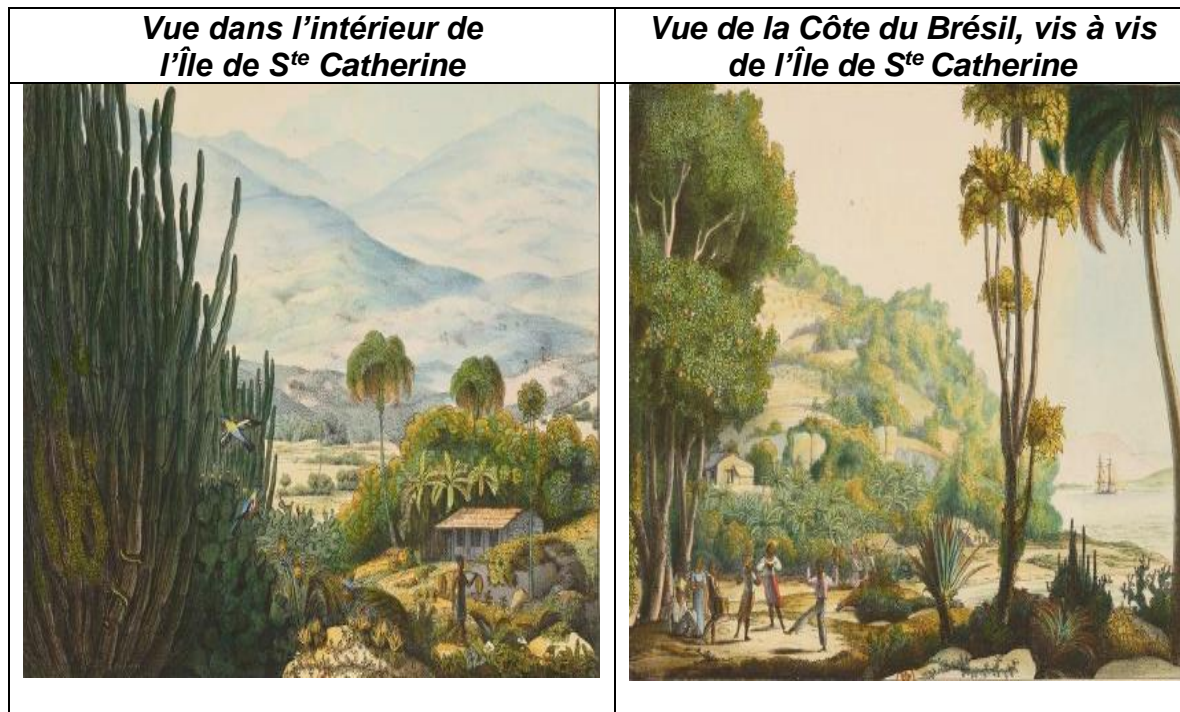
O alemão Langsdorff observou em 1803, quando essa pesca já declinava, que “[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas, principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros [...]” (ILHA..., 1979, p. 189). O inglês Mawe registrou logo depois, em 1807, que na Armação de Nossa Senhora da Piedade (litoral continental, no atual Município de Governador Celso Ramos), “[...] trabalham cerca de 150 negros [...]” (ILHA..., 1979, p. 206), envolvidos, por exemplo, no retalhamento das capturas para extrair óleo.

O contingente escravizado local crescera na segunda metade do século XVIII, por conta das novas demandas ligadas à colonização açoriana e madeirense (CARDOSO, 2010; MAMIGONIAN; BISSIGO, 2018). Na área da capital, prevalecia o uso urbano dessa mão de obra, mas era ampla a utilização em engenhos e no trato com o gado.

As condições de trabalho eram dramáticas. O francês Chamisso anotou em 1815 que “A imagem destes escravos nos engenhos, onde descascam o arroz em pilões de madeira com pesados soquetes [...], é dolorosa e deprimente.” (ILHA..., 1979, p. 252). No ano da Independência, Lesson, também francês, observou que na praça em torno da qual figuravam a Igreja Matriz – origem da atual Catedral Metropolitana, cujas obras começaram em 1748 –, os edifícios do serviço público (Governo, Justiça) e, junto ao mar, o mercado, havia um “[...] patíbulo em madeira, onde são presos e castigados os negros puníveis.” (ILHA..., 1979, p. 292).

Cabe ainda assinalar que os ambientes de moradia – que eram também, em geral, ambientes de trabalho – um pouco afastados da vila, na Ilha, ou situados nas freguesias da área continental, caracterizavam-se tanto pela proximidade ou mesmo contiguidade em relação à orla marítima, como pelo entorno vegetal luxuriante. A Figura 6, com dois desenhos de Louis Choris, pintor e explorador russo-alemão que passou pela Ilha em 1815, permite observar esses aspectos.

Figura 6- Visões interioranas na área da Ilha de Santa Catarina (Choris, 1815)



Fonte: Choris (1826), pranchas III e V.

Também não é demais indicar que a promoção da defesa local, envolvendo fortalezas estrategicamente posicionadas e contingente militar, e a maior presença portuguesa por conta da imigração açoriana e madeirense, não representaram dificuldades para a operação espanhola que resultou na tomada da Ilha de Santa Catarina no começo de 1777 (cf. narrativa de Flores, 2004, por exemplo). A ocupação só terminou em meados do ano seguinte, ao preço da entrega da Colônia de Sacramento ao governo espanhol (conforme os termos de um tratado firmado entre os dois governos ibéricos – o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro de 1777).

Vida local entre o final do século XVIII e o início do século XIX

Os relatos de viajantes que estiveram em Nossa Senhora do Desterro entre meados do século XVIII e a Independência indicam que foram poucas as mudanças na paisagem e nas condições de vida locais nesse período. Dom Pernetty observara em 1763 que a vila tinha cerca de 150 casas, térreas e ocupadas em parte pela guarnição

militar e em parte por civis, estes separados entre brancos e negros ou mulatos. Outros detalhes emergem do seu registro de que, “Na vila, não se viu quase nenhuma tenda de mercador. Só vi uma marcenaria e um boticário” (ILHA..., 1979, p. 89), e de que, “[...] exceção feita à pequena vila onde reside o governador, só existem algumas pequenas casas espalhadas pela costa, com a ilha inteira se parecendo com uma vasta floresta.” (Ibidem, p. 91).

Em 1785, La Pérouse constatou existirem casas somente à beira-mar, praticamente, um cenário quase igual ao que registrara Frézier em 1712 (cerca de 70 anos antes) e Shelvocke em 1719. A Figura 7, uma gravura de 1785 feita por integrante da expedição de La Pérouse, dá uma ideia de como a vila se apresentava nesse período. Vê-se o porto, com embarcações, e o espaço construído. Neste sobressai a Igreja Matriz e há algumas poucas edificações junto à orla, no largo fronteiro ao templo e para o sul, rumo à encosta que abrigaria o Hospital de Caridade (cujas primeiras instalações foram inauguradas logo depois, em 1789). Tem sentido considerar que se afastar da praia, por pouco que fosse, significaria pisar área quase não ocupada por casas, mesmo que nas proximidades do centro urbano.

O inglês Semple Lisle anotou em 1798 que os deslocamentos terrestres na parte continental mostravam-se muito difíceis, e que Santo Antônio, na costa insular ocidental (onde o governador passara a residir naquele momento), era uma localidade bem situada e agradável. Na aurora do século XIX, o estoniano Krusenstern contabilizou umas 100 casas na vila, mal construídas – só a residência do governador e o quartel se destacavam – e habitadas por portugueses pobres e por escravos cujo total era de dois a três mil. Esse navegador, comparando o que presenciava com a descrição de La Pérouse (em 1785), cravou: “Nos dezoito anos que [se] passaram desde esse [...] período, não parece ter havido nenhuma alteração material.” (ILHA..., 1979, p. 149). Já o russo Lisiansky estimou em 1803 que a população da Ilha superava de pouco dez mil, sendo negros uns 40%; seriam mil os soldados de linha e 3 mil os da milícia.

Figura 7- Vista de Nossa Senhora do Desterro (1785)

Fonte: La Pérouse (1797).

São convergentes as opiniões sobre os malefícios das imposições comerciais do governo português, pelas quais o Rio de Janeiro era obrigatoriamente origem de produtos para consumo e também principal destino das vendas locais, restringindo muito as possibilidades da população. Langsdorff anotou em 1803 que, em vila de 400 ou 500 casas (em geral de pedra ou barro), mais ou menos dez mil habitantes e dois hospitais (um militar e outro civil), o que as lojas ofereciam eram mercadorias europeias (muito caras) como porcelanas, tecidos, espelhos, lustres e papel, em praça comercial que igualmente registrava a presença de diversos mascates e artesãos.

Assim, empreender era difícil, e não só pelo desestímulo das restrições comerciais, pois entraves institucionais também prejudicavam. “No que concerne às artes, ciências ou instituições públicas, não há muito a esperar daqui. [...] Todos sofrem sob a pressão de uma forma de governo cuja inteligência consiste em não esclarecer os súditos, para que estes [...] não se tornem fortes [...]”, escreveu Langsdorff com base no que constatou em 1803 (ILHA..., 1979, p. 189).

O porto era frequentado por embarcações de navegação costeira que, oriundas até do nordeste do Brasil, dirigiam-se ao Prata (ou dele retornavam). Entretanto, na

percepção de Mawe (registrada em 1807), o comércio era pouco expressivo na área, não obstante tratar-se de local que tivesse, conforme a sua estimativa, entre cinco e seis mil habitantes, e a região – o conjunto das localidades da Ilha e os arredores continentais –, cerca de 30 mil.

Escrevendo sobre o que presenciara em 1820, Saint-Hilaire (1936, p. 34) não tergiversou sobre os problemas: “As proibições impostas pelo governo tornavam o commercio quase nullo [...]”. Assim, “Fabricam-se algumas louças de barro e quase todas as famílias possuem o seu tear. [Mas] Até o presente nenhuma manufactura propriamente dita ali se estabeleceu. [...] [A] província é pobre. Os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não prosperavam [...]” (ILHA..., 1979, p. 59).

O espaço doméstico refletia o estado de pobreza, como sugere esta descrição de Lesson, baseada em observação de 1822 no litoral insular ou continental próximo:

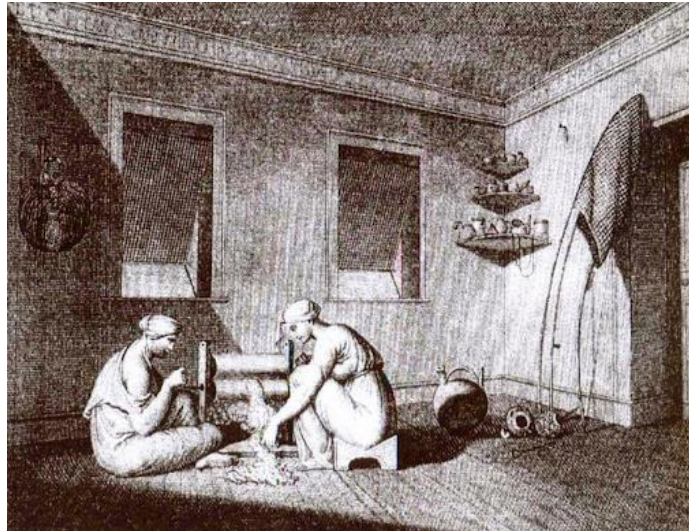
As moradas dos habitantes são divididas no seu interior em várias peças, tendo os tabiques altura de cinco a seis pés. Suas paredes de estuque com abertura para a rua, estão recobertas por um teto de folhagens que sustentam alguns barrotes de madeira não delineada. Os móveis correspondem a este modesto exterior; não se compõem mais do que alguns objetos grosseiros de uso diário [...]. Tudo, nestas choças, anuncia o pouco cuidado em que vivem as famílias que as habitam, ou mais ainda, indica a carência de recursos em que se encontram estes habitantes por não possuírem alguns destes pequenos luxos que permitem maior conforto e bem-estar. (ILHA..., 1979, p. 285).

A Figura 8, extraída de livro sobre viagem de Langsdorff ao redor do mundo entre 1803 e 1807 – com visita à Ilha de Santa Catarina em 1803 –, mostra o interior de uma moradia local no início do século XIX. A modéstia e a sobriedade das condições estão sugeridas, e o desenho também retrata a atividade de fiar, protagonizada por numerosas famílias.

O entorno de muitas casas admitiria uma descrição como esta, de autoria de Duperrey com base no observado em 1822: “Um bosque de laranjeiras, plantações de mandioca, talvez alguns pés de algodão e cafezais circunscrevem o pequeno campo e suprem as necessidades diárias da vida, juntamente com a pesca, com suas grades de cana cobertas de peixe exposto ao sol [...]” (ILHA..., 1979, p. 274). No cotidiano dos

habitantes, “O peixe fresco ou seco ao sol; o arroz, o milho, batatas, legumes, frutas e algumas vezes carne: esta é a sua alimentação diária.” (Ibidem, p. 275).

Figura 8- Interior de uma casa na Ilha de Santa Catarina em 1803 (Langsdorff)



Fonte: Langsdorff (1812).

A intensificação do declínio da pesca de baleias, repercutindo nos salários pagos localmente e nos gastos com transportes (navegação de cabotagem) e alimentos, certamente agravava as dificuldades e prolongava o quadro de escassa vitalidade econômica, com suas implicações. Consciência sobre aquela contração e seus reflexos transparece nos discursos em esferas elevadas das funções públicas locais: em 1º de março de 1838, o Brigadeiro João Carlos Pardal, presidente da Província, assinalou perante a Assembleia Legislativa: “A pesca das Baleias, que em outro tempo tão productiva foi, acha-se hoje mui reduzida; poucas vantagens promete, e essas mesmas contingentes.” (DISCURSO..., 1838, p. 16).

O difícil quadro econômico afetava a atuação do setor público. Mesmo providências urgentes, em diferentes serviços, viam-se prejudicadas por conta da restrição de recursos. A gritante necessidade financeira em Santa Catarina no alvorecer do século XIX é sugerida em discurso durante a instalação (em 1º de março de 1835) da primeira Assembleia Legislativa provincial, instituída, frise-se, somente 13 anos após a Independência do Brasil. Proferido pelo Presidente da Província, o pronunciamento estampou, na sua parte final:

Em fim Srs, quasquer que sejam os meios que adopteis para supprir a deficiencia das Rendas da Provincia, sem faltar ao necessário para occorrer às suas necessidades, não poderá deixar de reconhecer-se a importância e dificuldade de vossos trabalhos nesta parte talvez a mais espinhosa das attribuições, que vos estão confiadas. (FALLA..., 1835, p. 8).

No período da Independência, recursos financeiros eram, de fato, dramaticamente necessários na esfera pública, pois mostravam-se amplas e exigentes as carências em infraestrutura. Por exemplo, como se observava havia muito tempo, as condições do território, seja no continente ou na Ilha, impunham grandes dificuldades aos deslocamentos terrestres, o relevo não raramente íngreme e a vegetação cerrada representando obstáculos maiores.

Essa configuração determinava fortes limites à ocupação, principalmente a alguma distância da linha costeira. Daí que, por exemplo, não muito longe do núcleo de São José – local onde se ofertavam, entre outros produtos, madeiras, tijolos e arroz –, ainda no alvorecer do século XIX vales na direção oeste e outros vales contíguos definiam as fronteiras da presença de portugueses.

Portanto, quando se proclamou a Independência, a paisagem local quase não se diferenciava do que fora registrado muitas décadas antes. Perdurava o caráter rarefeito dos sítios ocupados, assim como um dia a dia desenrolado quase tão somente à beira mar. Olhar Nossa Senhora do Desterro e seus arredores no começo do século XIX significava praticamente o mesmo que fazê-lo no início do século XVIII, não obstante, entre outros, as ações do Estado português e suas consequências.

Era como se, mormente nos recantos mais afastados dos locais com maior presença de pessoas e atividades – recantos de algum modo “fora do tempo do mundo”, para evocar formulação de Braudel (1998) citada no início do artigo –, o tempo tivesse fluído muito lentamente, as permanências sobrepondo-se amplamente às mudanças. Para tais lugares caberia a reflexão de Jorge Luis Borges sobre o tempo: movido por enriquecedora experiência pessoal, o autor assinalou que o tempo pode ser uma ilusão, haja vista, em diferentes situações, a inseparabilidade entre um “aparente ontem” e um “aparente hoje” (BORGES, 2011).

Na década da Independência, como quase meio século antes (conforme se viu na Figura 7, mostrada anteriormente), a efetiva ocupação da agora Cidade do Desterro não ultrapassava o raio de algumas centenas de metros em volta da Praça da Matriz (Figura 9). A imagem em aquarela de Jean-Baptiste Debret, datada de 1827, parece eloquente a respeito.

Existiam vias ou caminhos de penetração no interior da península do Desterro, principalmente rumo às fortificações e a alguns poucos agrupamentos de casas na orla norte (como na Praia de Fora, atualmente trecho da Avenida Beira Mar Norte), como assinalado por Dias (1947). Mas o essencial da vida desterreense ocorria em torno da referida praça, com prolongamentos laterais que acompanhavam a linha costeira, uma configuração quase idêntica à de muitas décadas antes.

Figura 9- Cidade do Desterro em 1827 (Debret)



Fonte: Guia geográfico (2021).

Considerações finais

Desde o século XVII, o trecho do litoral brasileiro onde se situam a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo foi progressivamente moldado em termos socioeconômicos, políticos e culturais, com suas espacialidades. Se durante um longo período esse processo transcorreu muito lentamente, a partir de meados do século XVIII alguma aceleração foi registrada. Assim, no período da Independência do Brasil –

limite temporal da observação do artigo –, apresentava-se ao olhar indagador o que resultara da articulação das traduções espaciais dos processos que pontilharam a trajetória local, com seus ritmos.

O Estado português desempenhou um decisivo papel nessa moldagem. Dois grandes vetores, registrados ao longo do século XVIII, mostram-se indissociáveis dessa atuação. Um se refere à instalação do sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina, o outro, à imigração açoriana e madeirense. Ambos, com seus desdobramentos, de algum modo representaram mudanças, reverberando em acréscimos socioeconômicos, políticos e culturais à realidade local, com os respectivos reflexos espaciais.

No percurso, Nossa Senhora do Desterro logrou ser guindada à condição de vila e depois, no ano seguinte ao da Independência, à condição de cidade – Cidade do Desterro –, com atividades cada vez mais complexas e exigentes. Isso traduziu-se em aparato de atividades públicas (com edificações) crescentemente adensado, envolvendo, por exemplo, funções de administração, justiça, saúde pública, alfândega e segurança, incluindo as militares. Algumas vias de penetração passaram a riscar a península da porção centro-oriental da Ilha – em cuja face sudoeste fora criada a póvoa de Dias Velho no século XVII –, interligando o núcleo urbano principal e localidades em orlas mais distantes, sobretudo onde fortificações encontravam-se instaladas.

Assim, produziu-se espaço durante o processo histórico, e o espaço assim produzido influenciou a trajetória das relações sociais na área. Por exemplo, áreas de cultivo, trabalhadas por imigrantes açorianos e madeirenses ou seus descendentes, em boa medida utilizando escravos, passaram a encorpar a estrutura produtiva da área com seus resultados, que certamente contribuíram para estimular o comércio, mesmo que a produção para consumo próprio tenha prevalecido durante muito tempo. E a referida maior (e crescente) complexidade urbana do Desterro, no tocante aos serviços instalados e às funções disponibilizadas, há de ter sido matriz de repercussões inclusive profissionais na sociedade local e na pulsação (econômica, política, institucional) do cotidiano.

Contudo, o ritmo e a incidência do processo de moldagem não mostraram uniformidade na área. Mesmo nas proximidades do centro de gravidade – o núcleo de

Nossa Senhora do Desterro –, e notadamente nos assentamentos ou freguesias mais distantes, ambientes diversos exibiam, no período da Independência, aspectos muito semelhantes, senão idênticos, aos de períodos (bem) anteriores. Quer dizer, uma considerável produção de espaço teve lugar em trajetória de décadas, acelerada desde meados do século XVIII, mas a área permanecia “perfurada de muitos poços fora do tempo do mundo”, para aludir às palavras de Braudel (1998) citadas na segunda parte do artigo. Nesses locais o passado, mesmo remoto, apresentar-se-ia incrustado no presente.

A rigor, adotando-se como perspectiva a escala da colônia brasileira e mais ainda a do Império português, a própria Nossa Senhora do Desterro como um todo, ou mesmo a Província de Santa Catarina na sua integralidade, admitiria uma caracterização como aquela, de “poço fora do tempo do mundo”. Colocar a questão nesses termos conduz a tangenciar um possível paradoxo. A Ilha e seu entorno tinham reconhecida importância estratégica para Portugal, tanto que se criou o sistema de defesa e se organizou o fluxo migratório, abordados no artigo. Apesar disso, a área não foi contemplada por ações institucionais na medida dessa importância, ações que objetivassem promover as condições econômicas e sociais locais.

De fato, Brito assinalou que, a partir de 1808, com a presença da corte portuguesa no Brasil, várias capitanias foram beneficiadas, e “[...] somente a desgraçada Capitania de Santa Catarina não tem merecido estes benefícios! [...] Apenas lhe tocou o aumento e nova organização dos Corpos milicianos, alguns recrutamentos [...], a criação do lugar de Juiz de fora, e o de huma Junta de Fazenda!” (BRITO, 1829, p. 84).

Todavia, o possível paradoxo seria apenas aparente. A Ilha e o seu entorno, de papel estratégico reconhecido, só interessavam ao Estado metropolitano pelo que ofereciam de suporte à defesa dos interesses deste, o caráter dos quais era sobretudo militar e geopolítico. Promover as condições de vida locais, considerando-se o significado pleno dessa expressão, não teria passado perto das intenções portuguesas. Outrossim, o que a corte fez acontecer na área (fortificações, imigrações) representou pouco mais que uma vibração ou repercussão de processos – disputas, embates,

confrontos – cujas determinações tinham origem longínqua, na Península Ibérica, vinculadas à interlocução entre Portugal e Espanha.

Portanto, quando emergiu a Independência, a “paisagem” local, na Ilha de Santa Catarina e no seu entorno próximo, cristalizava um longo processo de (re)moldagem socioespacial, como se falou, mas sua base, ou os processos dos quais essa “paisagem” constituía tradução (ou representava a dimensão espacial), incluía movimentos enfeixados em disputas transcorridas no entorno da zona central da economia e da política mundiais. Seja como for, o espaço assim produzido localmente, representativo, a partir da Independência, de uma herança do período colonial, há de ter afetado a trajetória das relações sociais locais desde 1822, no marco da emancipação brasileira. Essa herança continha numerosas carências e problemas, e impôs grandes desafios à Província de Santa Catarina nas décadas subsequentes.

Destacava-se, entre outros, a precariedade dos transportes e comunicações terrestres, notadamente a ligação entre o litoral e o planalto serrano catarinense, crucial para a movimentação do gado dirigido ao abastecimento da população litorânea com proteína animal. E as persistentes dificuldades produtivas da Província passaram a interpelar cada vez mais as lideranças catarinenses, que se viam compelidas a – em sintonia com processos determinados no âmbito do Governo Imperial do Brasil – criar mecanismos para promover a colonização europeia, inicialmente de origem sobretudo germânica.

Nesse movimento, o século XIX assistiria ao surgimento, materializado ao longo das décadas, de uma verdadeira constelação de núcleos colonizadores no território catarinense, com origens migratórias diversas. Diferentes regiões foram implicadas, o processo como um todo representando inegável intensificação e ampliação da moldagem socioespacial da Província. Parte muito importante da geografia que marcaria Santa Catarina desde então, desdobrando-se até a atualidade, foi configurada a partir daquelas circunstâncias.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, João T. **Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil**. Lisboa: S.e.,1640. Disponível em: <<https://www.historia-brasil.com/mapas/atlas-1640.htm>> Acesso em: 11 dezembro 2021.
- ALMEIDA, José A. de. **A bagaceira**. 25.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [1928]
- BORGES, Jorge L. Sentirse en muerte. In: **Historia de la eternidade**. Buenos Aires: Debolsillo, 2011, p. 38-42.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. v. 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. v. 3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRITO, Paulo J. M. de. **Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.
- CABRAL, Oswaldo R. Os açorianos. In: PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1948, Florianópolis. **Anais...**, v. II. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. (Separata).
- CARDOSO, Fernando H. O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis. In: CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 3-120.
- CARDOSO, Vitor H. B. O comércio de escravos para a Capitania de Santa Catarina (1815-1826): notas preliminares. **Revista Santa Catarina em História**, v. 1, n. 1, p. 43-51, 2010.
- CHORIS, Louis. **Vues et paysages de régions équinoxiales recueillis dans um voyage autor du monde**. Paris: Paul Renourd, 1826. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k320478r/f29.item.zoom>> Acesso em: 3 dezembro 2021.
- DIAS, Wilmar. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. **DEGC Boletim Geográfico**, n. 2, p. 1-73, 1947.
- DISCURSO pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838 pelo respectivo Presidente o Brigadeiro João Carlos Pardal, Cidade do Desterro em o 1º de março de 1838. Desterro: Typographia Provincial, 1838. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-439%2C-147%2C2933%2C2069>> Acesso em: 9 janeiro 2022.
- FALLA que o Excelentissimo Presidente da Provincia dirige à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina, em 1º de março de 1835. Feliciano Nunes Pires. Cidade do Desterro: Typographia da Sociedade Patriotica, 1835. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=0&s=0&cv=8&r=0&xywh=35%2C-10%2C2512%2C1772>> Acesso em: 9 janeiro 2022.
- FLORES, Maria B. R. **Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GUIA geográfico Santa Catarina. **Trecho do litoral de Santa Catarina em 1640** – Mapa extraído das Cartas de João Teixeira Albernaz, de 1640. S.l.; S.a, 2021. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/historia/mapa-antigo.htm>> Acesso em: 8 dezembro 2021.

GUIA geográfico Santa Catarina. **Desterro em 1827** – Aquarela de J. B. Debret, 1827. S.l., S.e., 2021. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/historia/desterro.htm>> Acesso em: 8 dezembro 2021.

HECKENBERGER, Michael J. et al. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 29 Aug. 2008.

HÜBENER, Laura M. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.

ILHA de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **As freguesias luso-brasileiras na Região da Grande Florianópolis**. Brasília/DF: IPHAN, 2015.

JOHNSTON, Ronald. J. The State, the region, and the division of labor. In: SCOTT, Allen. J.; STORPER, Michael. (Eds.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 265-280.

LA PÉROUSE, Jean-François de G. **Voyage de La Pérouse autor do monde**. Paris: l’Imprimerie de la République, 1797. Tome 5: Atlas du voyage de La Pérouse. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/53835#page/6/mode/1up>> Acesso em: 23 outubro 2021.

LANGSDORFF, Georg H. von. **Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807**. V. 1. Frankfurt am Main : In Verlag bei Friedrich Wilmans, 1812. Anexo à p. 56. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4325>> Acesso em: 25 janeiro 2022.

LIPIETZ, Alain. **Le capital et son espace**. 2.ed. Paris: La Découverte, 1983.

LOBATO, José B. M. Cidades mortas. In: **Cidades mortas**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 3-6. [1919]

MAGALHÃES, Pero de. **Historia da Provincia de Sancta Cruz**. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1576.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; BISSIGO, Diego N. População de origem africana. In: ROCHA, Isa de O. (Org.). **Atlas geográfico de Santa Catarina: população – fascículo 3**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2018, p. 72-88.

MAPAS históricos da Ilha de Santa Catarina. S.l, S.e., 2021. Disponível em: <http://ilhasc.blogspot.com/2012/08/mapas-historicos-da-ilha-de-santa.html> Acesso em: dez. 2021.

MASSEY, Doreen. In what sense a regional problem? **Regional Studies**, v. 13, n. 2, p. 233-234, 1979.

PLANO da ilha e porto de St^a Catarina na America / por Jacinto José Paganino; grv. Franc^o D. Milcente. - Escala [ca. 1:360000], 5 Leguas [18 ao grau] = [8,60 cm]. - Lisboa : Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1784. - 1 mapa : gravura, p&b ; 37,1x16,8 cm, em folha de 39,0x20,6

cm. Biblioteca Nacional de Portugal. Recorte. Disponível em: <<https://purl.pt/886>> Acesso em: 15 outubro 2021.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte luas**: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2020. [1938]

ROSA, Vieira da. **A Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Gab. Typ. d"O Dia", 1916. (Notas que acompanharam o mapa oferecido ao Governo do Estado).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Santa Catharina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. [1851].

SOJA, Edward W. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, p. 207-225, 1980.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Fortalezas Multimídia**. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <<https://projetofortalezasmultimidia.ufsc.br/livro-das-fortalezas-reedicao/>> Acesso em: 7 dezembro 2021.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – a Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. [1ª edição em 1900, pela Companhia Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro].

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Hoyêdo Nunes Lins - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 26-03-2023

Aprovado em: 06-09-2023